



Aprender Sem Fronteiras

**QUADRO OPERACIONAL PARA  
UM PROJECTO DE  
APRENDER SEM FRONTEIRAS  
EM MOÇAMBIQUE  
(PROPOSTA)**

POR:

ZUBER AHMED  
FERNANDA FARINHA  
ALDOVANDA MARTINS  
ANISIO MATANGALA  
MARIA HELENA TAIPO

**ABRIL 1998**

## INDICE

I.	INTRODUÇÃO	1
II.	DESCRIÇÃO DO TRABALHO	1
III.	QUE AMBIENTE PARA O APRENDER SEM FRONTEIRAS (ASF)	3
1.	A natureza das necessidades de aprendizagem não satisfeitas com particular referência a Nampula	3
2.	As políticas sectoriais de desenvolvimento humano e de educação pública e o enquadramento de ASF	5
3.	O ambiente institucional relacionado com a promoção, implementação, gestão, provisão de serviços de apoio e acompanhamento de possíveis actividades de ASF	8
IV.	QUADRO OPERACIONAL PARA UM PROJECTO “APRENDER SEM FRONTEIRAS”	10
1.	Uma indicação da possível clientela	10
2.	Uma indicação de necessidades de aprendizagem a serem atendidas	11
3.	As modalidades básicas, características organizacionais e iniciativas e situações de aprendizagem usando a abordagem de ASF	12
4.	Enquadramento de aprender sem fronteiras no sistema nacional de educação, nos sistemas de desenvolvimento de recursos humanos e de formação	15
5.	Uma indicação para uma possível abordagem de processos de avaliação das aprendizagens	16
6.	Uma indicação de modalidades de oferta das oportunidades de aprendizagem aos grupos interessados	17
7.	Princípios de gestão de oportunidades de aprendizagem e de tomada de decisões sobre os programas de aprendizagem	18
8.	O contexto organizacional e institucional das situações de aprendizagem de ASF.	19
9.	Uma indicação de possíveis fontes de serviços e de assistência técnica.	20
V	CONCLUSÕES	21

## **I. INTRODUÇÃO**

No âmbito do Programa “Aprender Sem Fronteiras” realizou-se em Agosto passado uma missão de trabalho que identificou o interesse as potencialidades de implementar o Programa em Moçambique. Desta missão resultou um relatório dirigido a S. Exa. O Ministro da Educação denominado “Alcançando os beneficiários de Aprendizagem não alcançados em Moçambique” (Klees, Matangala, Spronk and Visser, 1997). Na sequência das propostas feitas neste relatório, uma segunda missão foi preparada, inicialmente com o objectivo de formular uma proposta de projecto. No entanto, verificou-se ser necessário preparar primeiramente um quadro operacional antes de desenhar um projecto, pelo que os termos de referência desta missão foram modificados para a formulação de um quadro operacional, com recomendações para a formulação de um projecto.

O relatório da primeira missão sugeria a província de Nampula para implementação do programa, justificando com o tamanho da sua população, a sua dispersão geográfica e o facto de se usar uma língua comum o Emakua, apresentando assim a potencialidade de uma rápida expansão para as províncias circunvizinhas.

A segunda missão era constituída por Aldovanda Martins, consultora para as áreas de educação de adultos e género; Anísio Matangala, especialista em Educação à Distância e funcionário superior do Ministério da Educação; Fernanda Farinha, consultora para o desenvolvimento organizacional e sociedade civil, Maria Helena Taipo, consultora local em Nampula e coordenadora do Gabinete de Promoção de Emprego em Nampula e Zuber Ahmed, consultor para as áreas de educação e formação. A missão deslocou-se de 11 a 25 de Março de 1998 a Nampula, com o objectivo de auscultar os potenciais beneficiários, as comunidades, os órgãos do governo local, as organizações governamentais e não-governamentais, as confissões religiosas e outros, sobre a natureza, a dimensão das necessidades de aprendizagem, as modalidades do seu atendimento e sobre os possíveis enquadramentos institucionais de Aprender Sem Fronteiras em Nampula. Fernanda Farinha e Zuber Ahmed tiveram a responsabilidade editorial deste relatório.

Seguidamente prevê-se que as propostas sejam discutidas numa consulta técnica em Maputo com a participação de um número de pessoas de referência e posteriormente numa consulta social, já com o desenho do projecto, com a participação de representantes das diferentes províncias. Eventualmente e em preparação desta consulta social será ainda efectuada uma consulta na Província de Nampula.

Os membros da equipa gostariam de deixar aqui expressos os seus profundos agradecimentos pelo apoio, colaboração e paciência das diversas pessoas e entidades ao longo do seu trabalho, particularmente durante a sua estadia na província de Nampula.

## **II. DESCRIÇÃO DO TRABALHO**

A equipa iniciou o seu trabalho em Maputo, onde durante alguns dias reformolou os objectivos da missão, identificou as acções que iria empreender, as respectivas estratégias e discutiu e solucionou aspectos de organização logística.

Em Nampula, a equipa iniciou o trabalho com a apresentação de cumprimentos de cortesia à Direcção Provincial de Educação e ao Delegado da Embaixada do Reino dos Países Baixos. A primeira fase do trabalho consistiu de uma visita ao Distrito de Angoche. A segunda parte do trabalho decorreu em Nampula, com encontros com os diversos organismos e grupos beneficiários sediados na capital provincial. A terceira etapa consistiu de uma visita a Ribáuè. A última fase do trabalho em Nampula consistiu na concertação de ideias e revisão de informação e rediscussão de propostas concretas com os possíveis parceiros e beneficiários. A quarta e última fase decorreu em Maputo de novo para a discussão e elaboração do relatório.

Este relatório, de acordo com a solicitação da unidade de Aprender Sem Fronteiras da UNESCO, foi elaborado seguindo, na medida do possível, a estrutura dos termos de referência revistos. Deste modo, a primeira parte do relatório irá reflectir sobre a natureza das necessidades de aprendizagem, a medida em que as diferentes políticas sectoriais de desenvolvimento humano e de educação pública poderão hospedar a abordagem de Aprender Sem Fronteiras e o ambiente institucional, governamental e não-governamental em que se poderia promover, implementar, gerir, apoiar e monitorar possíveis actividades de ASF.

A segunda parte do relatório propõe um quadro operacional, consistindo de uma indicação de possíveis grupos beneficiários, de necessidades de aprendizagem a atender e possíveis impactos, a indicação de possíveis enquadramentos institucionais, possíveis abordagens de acompanhamento, avaliação e de equivalências, uma indicação de modalidades, possíveis mecanismos de gestão, de propriedade e de tomada de decisão, possíveis sistemas de apoio e manutenção e possíveis meios de comunicação que poderão ser usados. Este quadro operacional é o elemento principal desta relatório e as propostas aqui apresentadas representam o pensamento da equipa.

### **III. QUE AMBIENTE PARA O APRENDER SEM FRONTEIRAS (ASF)**

#### **1. A NATUREZA DAS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM NÃO SATISFEITAS COM PARTICULAR REFERÊNCIA A NAMPULA**

A Província de Nampula é a segunda maior província de Moçambique em termos de população com cerca de três milhões de habitantes<sup>1</sup>. Dada a história de Moçambique e de Nampula em particular, a população de Nampula tem tido reduzidas oportunidades de aprendizagem, quer em termos de acesso ao sistema de educação oficial/público, quer de acesso a aprendizagens viradas para a sua integração no mercado de trabalho moderno. A rede escolar continua hoje, após os anos de guerra, a ser pouco satisfatória tanto em termos de cobertura como em termos de relevância e de qualidade. Dado isto, existem na sua população inúmeras e variadas necessidades de aprendizagem não satisfeitas que se torna difícil classificá-las e enumerá-las.

Das principais necessidades de aprendizagem que a missão identificou, encontram-se as que cabem nas seguintes categorias:

##### **▪ Alfabetização básica: leitura, escrita e numeração**

Uma grande parte da população de Nampula, (%) como de todo o País, ou é analfabeta ou não possui habilidades básicas de leitura e escrita, particularmente da língua portuguesa. Esta situação, como é evidente, dificulta a sua completa integração no processo de desenvolvimento sócio-económico sustentável pois a passagem e a aprendizagem de habilidades básicas para o efeito é quase impossível. Esta necessidade é identificada em todos os grupos populacionais, independentemente da sua idade, sexo, religião. Ela é particularmente acentuada nas raparigas e mulheres adultas, para quem as oportunidades de escolarização são particularmente reduzidas. A aquisição de habilidades de leitura, escrita e de numeração poderá estar combinada com a aquisição de outras habilidades, combinando-se numa estratégia de alfabetização funcional. Tanto a alfabetização básica como a funcional poderão ser feitas em línguas locais.

##### **▪ Habilidades e conhecimentos para melhorar as condições de vida**

Nesta categoria encontram-se as habilidades que permitam às pessoas melhorar de imediato as suas condições de vida e, nalguns casos, de sobrevivência. Nesta categoria enquadram-se as habilidades relacionadas com a prevenção de doenças, saúde reprodutiva e práticas nutricionais, práticas de produção agrícola, práticas de conservação dos produtos agro-pecuários, aproveitamento integral de recursos naturais, gestão do meio ambiente, de recursos naturais e de recursos materiais da família e outras. Algumas ONGs, através dos seus pequenos projectos e programas procuram dar resposta a essas necessidades. O sector público também procura responder a algumas dessas necessidades, principalmente através das acções de educação pública. Em ambos os casos a eficácia e o impacto são de difícil avaliação.

---

<sup>1</sup> - Direcção Nacional de Estatísticas, Census 1997, Maputo

- **Habilidades para ampliar as oportunidades no mercado do emprego ou auto-emprego.**

Nesta categoria situam-se as necessidades de aprendizagem relacionadas com a aprendizagem de um ofício ou profissão. Verifica-se hoje, por exemplo, uma expansão gradual de projectos de construção civil, tanto de estradas e pontes, como de infraestruturas sociais e económicas. A aprendizagem de artes e ofícios tais como a carpintaria, a mercenaria, a construção permitirá a inserção no mercado de trabalho pelos seus beneficiários e o aproveitamento integral das oportunidades que surgem, em alguns casos de forma bastante inesperada para as comunidades locais. Por outro lado, as artes e ofícios permitem também a promoção de auto-emprego. Para além das atrás mencionadas, encontramos por exemplo a culinária, o corte e a costura, o fabrico de bebida e outras. Incluem-se aqui as habilidades relacionadas com o sector de serviços, tais como o turismo, o transporte e outros. Para além da aprendizagem do ofício ou da profissão, particularmente para a promoção de auto-emprego, são também necessárias as aprendizagens que possibilitam o cidadão a gerir melhor os seus investimentos e recursos de modo a tirar deles o máximo de rendimento. Nesta categoria encontramos as aprendizagens que permitem criar um pequeno negócio (que incluem aspectos relevantes da lei, de contabilidade e finanças, de cálculo de preços, de oferta e procura, etc.), gerir um pequeno negócio, comercializar os produtos (como negociar os preços, como obter assistência do estado, da banca, etc.) e outras actividades.

- **Acesso a níveis mais altos de educação formal**

Nesta categoria encontramos a escolarização formal. Centenas de milhares de jovens ou não completaram o primeiro nível do ensino primário (1a à 5a classe) ou não continuaram para os níveis seguintes. Esta é um problema identificado por toda a população, pelos próprios jovens e pelos seus pais. Para além desta população encontram-se os diferentes profissionais que por inerência do seu trabalho vivem em zonas onde não têm acesso a oportunidades de aprendizagem que lhes permitam progredir nas respectivas carreiras. Estão entre esses profissionais os professores, os agentes de saúde, os extensionistas rurais e pessoal ligado a diferentes ONGs.

Como se pode depreender, para a população não escolarizada ou com baixo nível de escolarização, ASF pode constituir uma possibilidade de realizar a sua aprendizagem muito mais próxima das suas necessidades e interesses (em lugar dos programas standard) e talvez mais eficaz (CLUSA refere 3 meses para aprendizagens mínimas, mas que estimularam querer aprender mais); pode também representar estímulos à aprendizagem mais eficazes na medida em que centros de recursos com informação e experiências que interessam aos camponeses podem constituir um estímulo para iniciar o processo de aprendizagem, principalmente quando isso aparece associado a outra actividade (ex.: criação de associações, novas tecnologias para culturas, novas culturas, etc.).

Para a população fora da escola, ASF pode com vantagens (ex: através de programas da rádio) alargar o acesso ao ensino básico e de outros níveis, em particular para as pessoas nos distritos. As necessidades são muito grandes e parece que um número grande de profissionais de nível básico estaria interessado em continuar a estudar para os níveis acima (médio e superior) para melhorar a sua qualidade de trabalho e a sua situação salarial. Por outro lado, os pais dos jovens empurrados para fora da escola, principalmente das zonas mais pobres, parecem

não ver muitas vantagens na continuação dos estudos quando este não dá acesso a emprego, preferindo que os jovens aprendam uma profissão (esta é também a perspectiva de muitos jovens). Para estes grupos, ASF poderia facilitar aprendizagens mais integradas, com maior interesse para os beneficiários.

## **2. AS POLÍTICAS SECTORIAIS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E DE EDUCAÇÃO PÚBLICA E O ENQUADRAMENTO DE ASF**

A perspectiva de desenvolvimento humano no sector público está essencialmente baseada no sistema nacional de educação e nos programas de formação especializada convencional dos vários ministérios. Gradualmente se começa a definir com maior exactidão aquilo que são as responsabilidades de intervenção dos diferentes sectores – público, privado e não-governamental. Por outro lado, muito do que são políticas de desenvolvimento humano e de educação pública não está escrito, mas constitui prática dos diversos sectores. Essas políticas e práticas constituem excelentes oportunidades de hospedar iniciativas numa abordagem de ASF.

Para demonstrar esta conclusão vamos mencionar algumas das políticas.

### a) Do Sector de Águas:

“A descentralização e a tomada de decisões por gestores locais junto dos próprios utentes e clientes, deverá melhorar a qualidade dos serviços prestados. ...Os gestores locais terão também de assimilar novas responsabilidades e atribuições, e necessitarão de adoptar as suas organizações aos novos métodos de trabalho...

...O baixo nível educacional da maior parte dos intervenientes no sector da água, limita seriamente a sua capacidade para se atingir os objectivos enunciados...

...neste contexto são encorajadas acções de treino descentralizadas...”<sup>2</sup>

O sector de águas, particularmente o de água rural, tem como parte da sua intervenção um programa de educação pública e de treinamento das comunidades que visa essencialmente educar os utentes dos pontos de abastecimento de água sobre os processos relacionados com a água, a higiene e o saneamento do meio. No processo de abertura de fontes de água, particularmente as que são equipadas com bombas manuais, são treinados grupos das comunidades para a manutenção e reparação das bombas.

Alguns materiais de apoio foram já produzidos pelo sector como folhetos, cartazes e pequenas brochuras.

---

<sup>2</sup> - Política Nacional de Águas, Água – Número Especial, 2ª edição, Direcção Nacional de Águas, Maputo, Novembro 1997

b) Do sector de Coordenação da Acção Ambiental<sup>3</sup>

“Educação Não-Formal...compreende todos os esquemas educativos organizados de forma mais flexível com o objectivo de criar capacidades para satisfazer necessidades de programas ou projectos mais específicos...com o objectivo de tratar problemas específicos que dizem respeito directo ao trabalho e/ou à vida das pessoas ou entidades envolvidas nessas acções de formação”.

“...Desenvolvimento e disponibilização pelo próprio MICOA, de ‘pacotes’ de formação diversificados e adaptados em função de tempo, espaço, assuntos, públicos a atender e prestadores de formação...”

“...O objectivo principal das acções a desenvolver neste âmbito (Educação Informal) é o de criar uma consciência mais ampla, junto do vasto público, sobre as questões ambientais e as exigências da sua gestão sustentável.

Procurar-se-à fazer uso de todos os meios e canais disponíveis e a criar, para atingir esse propósito. Recorrer-se-à a programas de rádio, TV, livros, jornais, revistas, panfletos, círculos e clubes de interesse e outros meios e mecanismos de publicidade e divulgação que estendam junto de diferentes tipos de destinatários a mensagem sobre a importância da gestão sustentável de recursos”.

c) Do Sector da Saúde

Extractos da Resolução 4/95 do Conselho de Ministros, que aprova a Política do Sector da Saúde:

“2.2 – São componentes da Política do Sector da Saúde quanto à prestação de cuidados de saúde:

- a) Contribuir para a promoção da Saúde da comunidade pela própria comunidade:  
Neste componente o Sector de Saúde propõe-se desenvolver actividades de informação e educação em Saúde de forma a melhorar os conhecimentos da população em relação aos fenómenos da natureza...

2.3 – Constituem prioridades da Política do Sector da Saúde as seguintes:

- g) A educação, informação e comunicação para a Saúde;”

“A Repartição de Educação em Saúde (RESP) ... Tem como função principal: coordenar, dirigir, produzir, difundir e promover acções fr informação, comunicação e educação em saúde, visando mudar ou reforçar comportamentos, atitudes e práticas conducentes a saúde, com os objectivos seguintes:

1. Colocar à disposição dos indivíduos e grupos e da comunidade em geral conhecimentos sobre a saúde, usando técnicas científicas que assegurem atingir a maior quantidade de pessoas no menor tempo possível...

A Repartição de Educação em Saúde Pública tem como funções:

---

<sup>3</sup> - extractos de “Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável”, Direcção Nacional de Promoção Ambiental, Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, Maputo, 1996

- 3 Garantir formas técnicas de comunicação adequadas ao País para grupos alvo específicos utilizando mensagens e linguagem compreensíveis, aceitáveis e que motivem a população a ter condutas preventivas...
- 7 Conceber, produzir, pre-testar e/ou assessorar a produção de mensagens educativas audio, audio-visuais e gráficas, destinadas a grupos específicas da população;...”<sup>4</sup>

d) Do Sector da Educação

“Os Objectivos Gerais do Sistema Nacional da Educação são:

- a) Erradicar o analfabetismo de modo a proporcionar a toda a população o acesso ao conhecimento científico e para desenvolver as suas capacidades em geral;
- b) Garantir a educação básica a toda a população de acordo com o desenvolvimento do país através da introdução progressiva da escolarização obrigatória;
- c) garantir que todos os moçambicanos tenham acesso à formação profissional...”<sup>5</sup>

### **3. O AMBIENTE INSTITUCIONAL RELACIONADO COM A PROMOÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, GESTÃO, PROVISÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E ACOMPANHAMENTO DE POSSÍVEIS ACTIVIDADES DE ASF**

Presentemente tanto as instituições governamentais como as não-governamentais estão empenhadas em encontrar mecanismos e processos que lhes permitam uma intervenção cada vez mais directa junto das comunidades. Por exemplo, o Ministério da Agricultura promove hoje diferentes tipos de extensão, de acordo com as necessidades dos diferentes beneficiários: extensão agrícola, pecuária ou florestal. Outro exemplo é o Instituto de Pesca de Pequena Escala que se encontra empenhada em extensão pesqueira. Diferentes ONG's intervêm junto das comunidades para promover a melhoria das condições de vida. Para além da intervenção convencional de construção e reabilitação de infraestruturas, há ONG's empenhadas em desenvolver a capacidade das comunidades em melhorarem elas próprias as suas condições de vida. São exemplos a CLUSA que está empenhada em promover e apoiar o desenvolvimento do movimento associativo rural para desempenhar um papel mais preponderante no desenvolvimento económico, a SALAMA que tem um programa de educação pública para a saúde, e no âmbito da qual faz prevenção e o tratamento de doenças, com intervenções relacionadas com a culinária, a agricultura, etc.

Neste contexto, não é difícil encontrar um enquadramento institucional que permita desenvolver o ASF. Das diversas consultas feitas, a equipa pôde constatar a disponibilidade de diversos organismos, quer públicos quer privados. O Núcleo Regional de Desenvolvimento Comunitário (sediado em Angoche), uma instituição pública; o Ministério de Educação, que através do respectivo Ministro manifestou o seu mais empenhado interesse em ser hospedeiro de uma intervenção de ASF; os diferentes programas de extensão do Ministério de Agricultura e Pescas que

---

<sup>4</sup> - Extractos de Organigrama e Funções do Departamento de Saúde da Comunidade, p.17-18

<sup>5</sup> - Extractos da Política Nacional da Educação

estariam interessados, particularmente em Nampula, em não só colaborar como eventualmente em co-financiar algumas das actividades; a SALAMA, uma ONG nacional sediada em Nampula e outros que seria exaustivo aqui descrever e o Centro de Formação de Quadros de Educação de Adultos de Mutauanha que, com toda a sua experiência de desenho, implementação e acompanhamento de programas de educação adultos mostrou-se aberto a ser um parceiro preferencial.

Uma das razões para que o ambiente institucional seja favorável ao ASF é de que decorrem hoje uma multiplicidade de intervenções do tipo mais variado com vista a promover o desenvolvimento das diferentes comunidades. Apesar disso, uma grande parte das intervenções acontecem isoladas umas das outras, às vezes até intervenções de diferentes sectores numa mesma instituição. O ASF, onde implementado, teria para além do seu papel de oferecer oportunidades de aprendizagem, uma função de ajudar a conhecer e promover a intercolaboração.

Por outro lado, as condições para a utilização de diferentes meios de comunicação são cada vez melhores e mais diversificadas. Os diferentes meios estão a ser desenvolvidos e a sua capacidade de oferta e de cobertura a ser ampliada. A Rádio Moçambique (RM), por exemplo, já tem em funcionamento o seu emissor de 50Kw, fazendo deste modo a cobertura de toda a província. Está ainda em fase de estudo e preparação o projecto de rádios comunitárias com o apoio da embaixada do Reino dos Países Baixos. A Televisão de Moçambique (TVM) está a terminar os preparativos para a sua emissão via satélite. O Instituto Nacional para o Desenvolvimento Rural (INDER) está a estudar a implementação de uma televisão rural. Já existe e está em funcionamento uma gráfica equipada com meios modernos de reprografia. Muitos organismos, quer públicos quer privados começam a usar o computador. Espera-se que a Teledata<sup>6</sup> monte em breve um 'server' para o acesso à Internet. Todas estas iniciativas criam um ambiente e constituem uma oportunidade para a implementação de ASF em Nampula.

Por outro lado e numa dimensão mais global estão o desenvolvimento da rádio digital que através de transmissões via satélite prevê cobrir toda a África através do sistema da WorldSpace, a partir de meados de 1998.

---

<sup>6</sup> - empresa ligada ao sector de telecomunicações

## **IV. QUADRO OPERACIONAL PARA UM PROJECTO “APRENDER SEM FRONTEIRAS”**

A formulação deste quadro operacional teve em conta as condições actualmente existentes na Província de Nampula, constatadas durante a estadia da missão. Deste modo, pretende-se com o presente quadro operacional destrinçar as condições ambientais e o *modus operandi* de um projecto “Aprender Sem Fronteiras”.

### **1. UMA INDICAÇÃO DA POSSÍVEL CLIENTELA**

A escolha de uma clientela para o ASF em Nampula não é fácil. Dadas as condições do passado e actuais, pode-se eventualmente considerar que, quase a totalidade da população de Nampula constitui clientela potencial do ASF. Por exemplo:

- Os adultos iletrados, sejam eles mulheres ou homens;
- Os adultos letrados mas sem habilidades elementares para se integrarem no mercado de trabalho e frequentemente sem oportunidades para manter o seu nível de alfabetização ou de melhorá-lo;
- As mulheres sem os saberes elementares no domínio da saúde preventiva, reprodutiva, higiene individual e colectiva;
- Todos os cidadãos sem as informações fundamentais sobre os seus direitos e deveres, sobre os princípios da democracia e sobre a convivência democrática;
- Todos os que pretendem entrar no mercado informal, que constitui hoje uma fonte de sobrevivência de um número considerável de famílias, e que não possuem habilidades básicas de gestão e de comercialização (ou de “marketing”);
- Crianças e jovens que não tiveram acesso à escola;
- Crianças e jovens que frequentaram o EP1 mas que não tiveram acesso ao EP2 ou níveis subsequentes ou as que terminaram o EP1 prematuramente;
- Profissionais dos diversos sectores – professores, agentes de saúde, técnicos agro-pecuários, técnicos de água, agentes de desenvolvimento, funcionários das administrações e outros;
- Líderes tradicionais, políticos, administrativos e outros que não dispõem de informações sobre os processos de liderança e sobre os valores democráticos;
- Camponeses que precisam tanto de aumentar a sua produção como de melhorar a sua capacidade de comercializar e de negociar a venda dos seus produtos;

Esta lista não pretende ser completa nem exaustiva. As indicações acima constituem os públicos principais. Destes públicos a equipa considera como sendo importante abranger numa primeira fase os seguintes:

As crianças e jovens que terminaram o EP1 e que não tiveram acesso ao EP2 (incluindo uma componente profissionalizante)

Os públicos que beneficiem de aprendizagens que lhes permitam tanto ter acesso ao mercado do emprego ou de se auto-empregarem, particularmente de aprendizagens profissionalizantes;

Os camponeses que pretendem melhorar as técnicas agrárias, pecuárias, de gestão florestal ou de pesca, bem como a comercialização e a negociação dos seus produtos. Esta componente, baseando-se na experiência da CLUSA, poderia incorporar habilidades básicas de leitura e escrita;

Os públicos que beneficiem de aprendizagens que lhes permita melhorar a gestão dos seus pequenos negócios;

Esta definição de prioridades baseia-se em que nos parece prioritário fornecer ao cliente o que ele precisa de imediato e lhe pode trazer benefícios visíveis, para o estimular para novas aprendizagens e uma atitude mais activa na procura das respostas para as necessidades de aprendizagem; baseia-se também na avaliação da missão, que existem muitas experiências positivas e de impacto de pequenos projectos/programas, que importa estender e que isso pode ser feito através da disseminação dessas experiências.

Numa fase posterior, os restantes públicos poderão ser gradualmente abrangidos e as suas necessidades atendidas. A proposta acima baseia-se por um lado na diversidade, tentando abranger uma gama diversa de necessidades de aprendizagem e por outro na diversidade sócio-económica das populações de Nampula.

### **1. UMA INDICAÇÃO DE NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM A SEREM ATENDIDAS**

Na primeira parte do relatório foi descrita uma variedade de necessidades de aprendizagem que poderiam, eventualmente, ser atendidas por uma abordagem de ASF. Possíveis estratégias seriam:

- Complementar os serviços públicos e privados nas actividades de educação básica e vocacional (porque mais integrado na política de desenvolvimento do País);
- Definir como prioritários grupos mais desprivilegiados mas que já disponham de uma certa experiência de organização comunitária básica;
- Definir como prioritárias actividades que a curto prazo tenham impacto nas condições de vida dos cidadãos (ex.: treinar para profissões e actividades de rendimento económico, esperando que isso crie estímulos para mais aprendizagens desse grupo);
- Actuar a nível da extensão do que já existe a outros e mais grupos (tornando acessíveis a públicos mais amplos as experiências positivas implementadas a escalas populacionais reduzidas).

No entanto, tendo em consideração os públicos propostos acima, as principais necessidades de aprendizagem a serem atendidas numa primeira fase seriam:

A escolarização formal de crianças de jovens para o nível de EP2; o atendimento a esta necessidade iria permitir resolver um dos grandes problemas do actual sistema de educação, em que grupos numerosos de jovens que terminam a 5a classe não tem acesso à 6a classe (estima-se em cerca de 50% todos os anos). Por exemplo, o Distrito de Murrupula dispõe de uma única escola de EP2 em todo o distrito, situada na respectiva sede. Deste modo, um número significativo de jovens, particularmente das zonas rurais ficaria com um nível de escolarização mais elevado que lhes permitirá tanto o acesso à continuidade dos estudos, como facilitar o seu enquadramento em mercados de trabalho ou de auto-emprego. Para além da componente de escolarização, estes programas poderiam ser combinados com componentes de profissionalização.

As aprendizagens que permitam aos camponenses melhorar e aumentar a sua produção por um lado e, por outro, a melhor comercializar e negociar os seus produtos. Estas necessidades abrangeriam uma grande parte dos programas de extensão presentemente em curso, potenciando-os com meios e recursos de que hoje não dispõe ou não utilizam e aumentando a sua cobertura, disseminando as aprendizagens e experiências importantes de diferentes comunidades. O impacto destas aprendizagens situar-se-ia na melhoria das capacidades dos camponeses em produzir e vender os seus produtos, aumentando deste modo os seus rendimentos.

As aprendizagens que permitam acesso ao mercado do emprego ou ao auto-emprego, particularmente as profissionalizantes (tais como a carpintaria, a construção civil, a olaria, a latoaria, a padaria, a canalização), relacionadas com o sector de serviços e outras, de acordo com as necessidades identificadas pelos grupos a abranger nas zonas específicas; o atendimento a estas necessidades permitirá o acesso a rendimento, particularmente nas zonas onde, de uma forma crescente, se desenvolvem programas de construção ou de reabilitação de infraestruturas, ou o enquadramento dos beneficiários em actividades de auto-emprego que lhes permitam prestar serviços que ajudem a melhorar as condições de vida das respectivas comunidades.

O pequeno negócio constitui, hoje, ou a fonte principal de rendimentos ou a fonte de rendimentos adicionais para inúmeras famílias. Estes negócios variam desde a comercialização de produtos agrícolas, ao fabrico e venda de bebidas, bolos, à torrefacção e venda de amendoim e da castanha e à compra e revenda de produtos industriais. No entanto, uma grande maioria de intervenientes neste processo não dispõe de habilidades básicas de gestão desses pequenos negócios, o que resulta em rendimentos baixos para esforços grandes. Por outro lado, os rendimentos não são racionalmente utilizados de modo a permitir o incremento dos negócios e dos próprios rendimentos. O atendimento a estas necessidades permitirá desenvolver um espírito mais empresarial entre os diferentes intervenientes, particularmente no mercado informal, conduzindo-o a tomar proporções e formas equiparáveis ao do mercado formal.

## **1. AS MODALIDADES BÁSICAS, CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS E INICIATIVAS E SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM USANDO A ABORDAGEM DE ASF**

De acordo com a proposta da primeira missão, a criação de centros de recursos de aprendizagem para servir as diferentes comunidades constituirá a modalidade primeira de uma intervenção de ASF. Estes centros equipados com os meios e materiais necessários para atender à diversidade de necessidades de aprendizagem identificadas, seriam geridos por diferentes parceiros locais – organizações governamentais ou não-governamentais – que teriam a responsabilidade de assegurar a manutenção e a utilização efectiva desses centros.

Sugere-se a selecção de três distritos para uma primeira fase de intervenção do ASF em Nampula. Estes distritos seriam Angoche, situado na zona litoral, com características sócio-culturais próprias e um dos distritos mais populosos da província (cerca de 228.000 habitantes e com a densidade populacional mais alta

da província de 78 habitantes/km<sup>2</sup>)<sup>7</sup>; Cidade de Nampula, por ser o centro urbano mais populoso da província e com necessidades de aprendizagem muito próprias, particularmente no seio da população mais jovem; e, Ribáuè, um distrito do interior, com pouco acesso a recursos e comparativamente pouco populoso (131.000 habitantes e uma densidade de 20 habitantes por km<sup>2</sup>)<sup>8</sup>. As experiências colhidas nestes três distritos poderiam ser gradualmente alastradas para os restantes distritos e províncias.

Os principais meios identificados para a promoção de aprendizagem, nas condições actuais seriam o material impresso e a rádio, com uma eventual combinação com audio-cassetes. O teatro e grupos culturais seriam também um recurso de excelência principalmente para a educação de grupos não alfabetizados, para educação sobre aspectos gerais (saúde, democracia, etc.). Nalguns casos, o vídeo poderia ter também um papel. No entanto, a missão constatou duas situações diferentes em relação ao vídeo. Há zonas em Nampula onde as comunidades rurais estão absolutamente familiarizadas com o meio (particularmente as zonas de comercialização da castanha de caju). Noutras zonas o vídeo é um meio completamente desconhecido para além das vilas ou sedes dos distritos (por exemplo Ribáuè). Assim, os centros poderiam e deveriam ter recursos e actividades diferentes entre si, para responder a necessidades específicas e para adequar aos recursos potenciais em cada região. Uma actividade importante que estes centros deveriam/poderiam ter seria a promoção de troca de experiências entre organizações e iniciativas com potencial para ASF.

Os centros de recursos, ofereceriam a gama de oportunidades de aprendizagem para as necessidades identificadas pelas comunidades. Poderão também constituir um recurso para os diversos programas que visam promover aprendizagens nas comunidades, tais como os vários programas de extensão agro-florestal-pecuário ou de pesca; os programas de saúde pública e outros que estejam ou estão em fase de preparação para serem implantados nas diferentes comunidades.

Uma das primeiras funções dos centros de recursos seria a de familiarizar os diversos grupos beneficiários com as formas alternativas de aprendizagem. Isto poderá permitir que esses grupos estejam mais à vontade em lidar com os diferentes meios e abordagens de aprendizagem. Para tal será necessário que o pessoal afecto ou que colabore com os centros de recursos seja ele próprio sujeito de aprendizagens relacionadas com as diferentes formas e abordagens da aprendizagem, para que possam, por sua vez, promover essa aprendizagem junto dos grupos beneficiários.

Estes centros teriam como pessoal pelo menos um animador de aprendizagem, que teria como papel promover o uso dos recursos disponíveis no centro e ao mesmo tempo assegurar a sua adequada utilização e manutenção. Nos centros onde funcionar também uma componente de educação formal então a acompanhar o(s) animador(es) de aprendizagem deverá(ão) existir também o(s) tutor(es) com as funções específicas relacionadas com a promoção, acompanhamento e avaliação dos programas de educação formal.

---

<sup>7</sup> - HÜSKEN, F.C.A., "Regional Profile of the Nampula Province" pp 21, Nampula/Maputo, Março 1998

<sup>8</sup> - HÜSKEN, F.C.A., "Regional Profile of the Nampula Province" pp 21, Nampula/Maputo, Março 1998

A apoiar esses centros de recurso seria estabelecida uma Unidade Técnica provincial, composta por um gestor, um especialista em comunicação e um desenhador instrucional (instructional designer) e um gestor de “grants”. Para apoio a Unidade Técnica disporia de técnico de secretariado geral.

Esta unidade técnica teria como funções as seguintes:

- Identificar e seleccionar parceiros
- Analisar e seleccionar projectos
- Publicitar o programa
- Mobilizar fundos/recursos
- Manter informação actualizada sobre as necessidades de aprendizagem
- Identificar recursos
- Alocar a produção de materiais
- Acompanhar/avaliar o programa
- Aconselhar os parceiros sobre os meios a usar
- Acompanhar/avaliar os centros de recurso
- Fazer a gestão financeira
- Acompanhamento/auditoria de ‘grants’
- Ligação com todos os sectores – governo; não-governamental; doadores; económico; social; religioso
- Representar o programa
- Colaborar com o Ministério da Educação na resolução das questões relativas à acreditação, equivalências e equiparações das diversas intervenções de ASF.

Esta unidade seria coordenada por um conselho de direcção composto por representantes do governo e da sociedade civil (p.e. 2 representantes do governo 1 dos quais da educação; 1 representante das ONGs e das Associações; 1 representante das confissões religiosas; 1 representante dos agentes económicos; 3 representantes dos parceiros; e 1 representante dos doadores). Este Conselho decidirá sobre as políticas e verificará as contas do programa.

Deste modo, só o pessoal efectivo da Unidade Técnica seria da responsabilidade do programa. O pessoal e a gestão dos centros de recurso, como dito atrás, será da responsabilidade dos diferentes parceiros. O programa poderá, pontualmente, assegurar um apoio salarial inicial para algumas das situações em que se verifique que o parceiro tem uma implantação ideal no terreno mas não tem capacidade financeira e/ou humana para incorporar um centro de recursos.

Deveria-se também considerar no projecto o financiamento de acções que visem oferecer oportunidades de aprendizagem às comunidades, incluindo as iniciativas comunitárias, particular e principalmente as que pretendam elevar a capacidade das comunidades em obter rendimentos e/ou melhorar as suas condições de vidas. Estes financiamentos poderiam ser feitos através de ‘grants’ a disponibilizar a proponentes. Sugere-se que a experiência da UDEBA seja acompanhada de perto para se colher as suas experiências, pois ela constitui um exemplo interessante.

## **1. ENQUADRAMENTO DE APRENDER SEM FRONTEIROS NO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, NOS SISTEMAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E DE FORMAÇÃO**

Como tivemos oportunidade de referir no número 2 da primeira parte deste relatório, há indicações de que as políticas sectoriais poderiam estar interessadas no uso de vias descentralizadas e alternativas para promover o desenvolvimento humano e para a formação dos seus quadros.

O sistema formal de educação está assente numa estratégia única de provisão de escolarização através da escola convencional. Esta estratégia, apesar da rápida expansão da rede escolar nos anos pós-guerra ainda está bastante longe de cobrir toda a população em idade escolar. Por outro lado, tanto a relevância como a qualidade dos actuais serviços oferecidos pelo sistema formal de educação parecem estar a ser questionados. Considerando-se a taxa anual de crescimento da população estimada em 2.8, pode-se imaginar o quão será difícil oferecer a escolarização básica através da escola.

O ASF vem abrir novas oportunidades de se oferecer a escolarização, bem como outras formas de facilitar a aprendizagem, através de vias não-convencionais. O Ministério da Educação, dentro da Política Nacional de Educação, pretende desenvolver o ensino à distância no país, tanto para oferecer oportunidades de escolarização, como para elevar a qualificação dos professores. Aliás para este efeito já decorre nalgumas províncias um programa de ensino à distância para professores. A própria Universidade Eduardo Mondlane (UEM) está a planificar desenvolver o ensino à distância a nível de formação superior nos próximos dez anos.

Pelo seu lado, os outros sectores têm realizado acções que dariam enquadramento perfeito a uma abordagem ASF:

O Ministério de Trabalho tem realizado programas de formação de ex-soldados para a sua reintegração na vida civil e económico nos diversos distritos do país. Estas iniciativas demonstram a necessidade de se oferecer oportunidades de aprendizagem nas comunidades. Tem também em implementação um programa de Promoção de Emprego para os jovens regressados da ex-Alemanha Democrática em colaboração com a Cooperação Técnica Alemã (GTZ).

O Ministério da Saúde realiza campanhas regulares de educação pública usando tanto os meios de comunicação como a transmissão oral pelo seu pessoal. Nalguns casos, como no caso de educação para a prevenção da cólera durante a recente epidemia (finais 1997/princípios de 1998) desta doença, usa meios tais como viaturas equipadas de altifalantes. O Ministério da Saúde está a desenvolver um projecto para capacitar pessoal dos distritos a identificar necessidades de educação pública e a preparar materiais para essa educação. A província de Nampula tem distritos abrangidos por este projecto.

O Ministério de Agricultura e Pescas realiza diversos programas de extensão. Os extensionistas deslocam-se às diferentes comunidades para transmissão de técnicas melhoradas para todas as especialidades de

produção – agricultura, pecuária, florestas e fauna, pescas, apicultura e outras. Presentemente são transmitidos programas radiofónicos bi-semanais versando temas de extensão agrícola.

Todas estas actividades demonstram o interesse das políticas sectoriais em utilizar vias não convencionais para o desenvolvimento humano e para a educação pública, constituindo um ambiente favorável para se implementar um projecto de ASF.

## **2. UMA INDICAÇÃO PARA UMA POSSÍVEL ABORDAGEM DE PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS**

Pela sua própria natureza, o projecto ASF visa criar um amplo ambiente educacional, proporcionando oportunidades de aprendizagem a grupos populacionais, até agora, destituídos de benefícios educacionais de modo a contribuir para a materialização do objectivo da Educação para Todos.

Se por um lado é certo que a abordagem do projecto ASF, tal como se pretende conceber, irá permitir a expansão do acesso à educação e formação dos cidadãos não abrangidos pelo sistema formal, por outro, é preciso reconhecer que, devido às suas características, o projecto deverá recorrer a utilização de estratégias de ensino-aprendizagem não convencionais, baseados em metodologias de auto-instrução/formação, não reconhecidas, até ao presente momento, pelo sistema de certificação e avaliação vigente no país.

Como se sabe, o actual sistema de avaliação das competências adquiridas em processos de ensino-aprendizagem, em Moçambique, limita-se, pura e simplesmente, ao reconhecimento e valorização das actividades educativas desenvolvidas no contexto formal de ensino, não atribuindo, portanto, importância significativa as diversas formas de aprendizagem decorrentes de processos alternativos à educação formal. Por esta razão, e considerando o carácter muito mais abrangente da abordagem ASF, incluindo acções educativas não-formais do projecto ASF, afigura-se importante que o Ministério da Educação estabeleça mecanismos legais de reconhecimento dos conhecimentos, competências e habilidades adquiridos pelos potenciais beneficiários do projecto, criando uma política de avaliação que credibilize tanto o “saber” como o “saber fazer” adquiridos, pelo público alvo, através das actividades desenvolvidas no âmbito do projecto e, ao mesmo tempo, abra possibilidades de enquadramento e progressão dos beneficiários do ASF em eventuais actividades de educação formal.

Nesta base, o projecto ASF poderá colaborar com o Ministério da Educação na formulação de um sistema de acreditação de programas não formais de educação, que os equipare aos concebidos para os modelos tradicionais, bem como para a certificação de programas de educação formal realizados por vias não convencionais. Deste modo poderá assegurar-se que as actividades de aprendizagem preconizadas pelo ASF não se traduzam no mero alargamento do acesso às oportunidades educativas, mas também na oferta de uma oportunidade válida de aprendizagem, devidamente reconhecida pela sociedade, e adequada às reais necessidades do público alvo, com vista a produzir efeitos concretos na melhoria da sua vida e no desenvolvimento do seu meio sócio-económico. Neste contexto é de particular importância o reconhecimento da equivalência das acções de aprendizagem a serem promovidas a nível do EP2, pois isso parece ser de fundamental importância para os pais.

Para as aprendizagens que levem a uma profissionalização poderiam ser concebidos mecanismos de equiparação às características das diversas carreiras profissionais definidas pelo Ministério de Trabalho.

No entanto, haverá aprendizagens que estarão direccionadas simplesmente para as habilidades de sobrevivência imediata e para uma mudança do modo de vida dos beneficiários. Estas aprendizagens terão a haver por exemplo com as práticas de prevenção de doenças, de saneamento, de conservação do meio ambiente e outras. Estas aprendizagens não requererão, naturalmente, processos de reconhecimento formal e de equiparação. No entanto, a avaliação do seu impacto poderá ser medido em termos de melhores condições de vida para os beneficiários (menos doenças preveníveis, mais renda, menos má-nutrição, etc.). Dado que o 'expertise' para estas áreas está fundamentalmente concentrado no sector público será de fundamental importância a colaboração dos diferentes agentes desse sector.

### **3. UMA INDICAÇÃO DE MODALIDADES DE OFERTA DAS OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AOS GRUPOS INTERESSADOS**

O impacto do programa ASF deverá, entre outros aspectos, ser assegurado pelo grau de assistência pedagógica que os seus beneficiários terão ao longo do processo de formação. Tratando-se, como já foi indicado acima, de uma abordagem de ensino-aprendizagem que se realiza fora do contexto tradicional de ensino (escola), o projecto ASF terá de ir encorajar a utilização de meios e formas de aquisição do conhecimento alternativos ao sistema formal de ensino. Espera-se, portanto, que os beneficiários do projecto tenham não só o acesso aos materiais auto-instrutivos, mas também a possibilidade de contar com o apoio de um facilitador de aprendizagem com preparação para aconselhar e assistir os formandos, durante o processo de desenvolvimento das suas actividades de aprendizagem. Este facilitador, mais do que um técnico reconhecido em termos de domínio dos conteúdos de aprendizagem, deverá essencialmente aconselhar os diferentes utentes do centro de recursos sobre o material a utilizar, sobre as formas correctas de utilização e, eventualmente, convidar apoios de diferentes sectores para uma complementação presencial dos conteúdos das aprendizagens.

Considerando a amplitude dos programas de aprendizagem a serem concebidos no âmbito de um projecto de *Aprender Sem Fronteiras*, seria, provavelmente, inviável sugerir-se a criação de uma capacidade humana capaz de responder cabalmente às variadas necessidades de aprendizagem dos diversos clientes. Assim, o estabelecimento de parcerias entre o projecto ASF e as diversas organizações e instituições que, de alguma maneira, estejam envolvidas em actividades de educação e formação dos cidadãos, é aconselhável. Por outras palavras, o projecto ASF deverá ser concebido com uma perspectiva de colaboração que permita a utilização racional da capacidade existente ao nível dos distritos e localidades, como por exemplo: extensionistas, educadores de adultos, agentes polivalentes, etc., os quais poderão eficazmente funcionar como facilitadores de aprendizagem nos diversos centros de recurso a serem estabelecidos.

Tratando-se de um programa que incentiva o uso de meios e materiais de aprendizagem diversos aos utilizados no sistema formal, o projecto deverá propor-se a recorrer a introdução e desenvolvimento de estratégias educacionais que explorem as potencialidades de uso, para fins educativos, de meios alternativos de

informação e formação, tais como: a rádio, a televisão, as cassetes audio/vídeo, os computadores, dança, o teatro, a canção e, obviamente, o material impresso. De notar que, para o público iletrado ou com baixo nível de alfabetização, o material impresso poderá centrar-se no uso de imagens. Este conjunto de recursos, se eficazmente utilizado, poderá possibilitar o acesso ao conhecimento aos seus utentes e, simultaneamente, produzir resultados palpáveis de aprendizagem.

Como já fora referido atrás, os desenvolvimentos que se registam no sector de comunicação, abrem boas perspectivas de utilização das tecnologias de comunicação e informação nos programas de aprendizagem do ASF. Numa fase inicial o projecto poderá centrar-se no uso das tecnologias de baixo custo e de maior acessibilidade, como por exemplo a rádio, material impresso, e eventualmente cassetes audio e vídeo, que poderão ser colocadas à disposição dos aprendizes, quer individualmente, quer em grupo (sessões colectivas). O uso de tecnologias mais sofisticadas, como é o caso de computadores, Internet, etc., deverá ser alvo de um estudo mais cuidadoso sobre as reais capacidades do seu aproveitamento para fins de aprendizagem. O referido estudo deverá indicar também as modalidades mais eficazes de colocação destes meios à disponibilidade dos aprendizes.

Dado o limitado acesso das comunidades às novas tecnologias e devido a inexistência de sólidos conhecimentos no uso das mesmas, tudo indica que os resultados do estudo, a ser realizado, apontarão para uma utilização destas tecnologias nos centros de recurso, ao invés de propor uma distribuição individual pelos beneficiários do programa. Esta modalidade apresenta-se, à partida, como a mais viável e vantajosa, particularmente no que se refere à relação custo-eficácia e sustentabilidade das tecnologias mencionadas.

Outro aspecto importante no que se refere a oferta de oportunidades é a questão da língua. Como se disse atrás uma das razões da escolha de Nampula é a unicidade linguística da sua população, que apesar de utilizar diferentes variantes regionais e/ou locais, utiliza uma língua mãe única, o Emakua. Assim, consideramos fundamental que, na medida do possível, oportunidades de aprendizagem a serem oferecidas o sejam feitas nessa língua além de algumas outras baseadas no uso da língua portuguesa. Isto seria particularmente importante para as aprendizagens dirigidas aos grupos pouco ou não letrados em português e que manifestem o desejo expresso de que as aprendizagens ocorram na língua Emakua. Deveriam ser também contempladas as formas mistas de oferta de oportunidades de aprendizagem, através do uso de duas (ou mais) línguas, com uma parte do material em Emakua e outra parte em Português.

#### **4. PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM E DE TOMADA DE DECISÕES SOBRE OS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM**

Uma questão que deverá, também, merecer maior atenção na fase de elaboração do projecto ASF em Nampula, prende-se com o estabelecimento dos mecanismos de gestão das acções de aprendizagem preconizadas pelo projecto e seus processos de tomada de decisão. De acordo com as constatações efectuadas na província, verifica-se a existência de várias iniciativas desenvolvidas por parte de instituições governamentais e não-governamentais e de outras forças sociais na provisão de oportunidades de aprendizagem às comunidades. No entanto, é importante notar a ausência, na maior parte dos casos, de uma coordenação entre os vários intervenientes deste processo, o que contribui para o desconhecimento

mútuo das experiências dos seus programas e impede o desenvolvimento e disseminação das mesmas.

O desenvolvimento de um projecto ASF deverá, por conseguinte, propor modalidades de uma gestão coordenada das suas actividades, que assegure o envolvimento dos vários sectores e organizações identificados como parceiros do projecto bem como a participação das comunidades na tomada de decisão sobre os programas de aprendizagem. O estabelecimento de um conselho de direcção com representatividade do Governo, ONG's, confissões religiosas e do sector social, parece ser aconselhável. Este conselho de coordenação deverá ser assistido por uma unidade técnica do projecto, apoiada pelos vários parceiros identificados, que terá a responsabilidade de gerir todo o processo de implementação do projecto, desde a identificação das necessidades de aprendizagem até ao acompanhamento das actividades no terreno, passando, evidentemente, pelo desenvolvimento e produção dos materiais de ensino. Este processo deverá ser gerido de forma a assegurar uma participação activa das comunidades com vista a garantir que as intervenções propostas respondam, efectivamente, às suas necessidades. Para isto, sugere-se, também, a criação de conselhos de gestão dos centros de recurso, os quais deverão ser constituídos por membros da comunidade e um ou dois representantes dos parceiros do projecto na zona, para além do facilitador de aprendizagem, cuja responsabilidade será, também, garantir o bom funcionamento do centro de recurso.

Deste modo, em todos os níveis de decisão haveria a representatividade da voz dos beneficiários das oportunidades de aprendizagem. Nos centros de recurso, os representantes das comunidades deverão constituir a maioria dos votos. No Conselho de Direcção (vidé experiência de UDEBA) a sociedade civil teria a maioria de votos.

## **5. O CONTEXTO ORGANIZACIONAL E INSTITUCIONAL DAS SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM DE ASF.**

Como se disse anteriormente, o projecto ASF deverá dar resposta a múltiplas e variadas necessidades de aprendizagem o que faz deste, um projecto intersectorial. Além disso, a facilitação da aprendizagem é, ela própria, uma área de actuação envolvendo abordagens pertencentes a diferentes disciplinas. A sua integração na estrutura orgânica de uma direcção ou instituição provinciais, condicionará em grande medida o "scope" da sua actuação. Reconhecendo as dificuldades de enquadramento institucional de um projecto com a dimensão do ASF, o modelo de gestão proposto atrás (conselho de coordenação), parece ser o mais indicado para salvaguardar o carácter multisectorial do projecto. Contudo, reconhece-se a necessidade de realização de consultas aprofundadas com os diversos sectores e organizações sediadas na província, de modo a se encontrar uma forma de enquadramento institucional ajustado às características do projecto e ao próprio contexto organizacional da província.

As propostas de enquadramento, a serem formuladas, poderão, eventualmente, serem diferentes de distrito para distrito dependendo das características organizativas encontradas em cada um deles. Durante a missão realizada na província de Nampula, a equipa identificou três possíveis áreas de actuação do projecto, a saber: Angoche, Ribáuè e Nampula cidade e distrito. Relativamente à Angoche, parece existirem possibilidades de estabelecimento de uma parceria com o núcleo de planificação (uma unidade do projecto UNCDF), particularmente, com a

sua vertente de desenvolvimento comunitário. Similar exemplo de parceria poderá ser estabelecido com a SALAMA no distrito de Ribáuè. No que diz respeito a Nampula cidade e distrito, deve ser explorada a possibilidade de formação de parcerias com uma, ou várias ONGs, como por exemplo a ADOC, UDEBA, CONCERN, etc., que se encontram fortemente engajadas na promoção e desenvolvimento de actividades, quer de educação, quer de desenvolvimento comunitário nos locais acima mencionados

No entanto, as possibilidades de colaboração com outros sectores e outras actividades são vastas e inúmeras. É exemplo disso o potencial de colaboração com o programa de rádios comunitárias, a ser financiado pela Embaixada do Reino dos Países Baixos. Como foi já mencionado, quase todas as instituições de carácter social têm programas de intervenção que de algum modo visam proporcionar oportunidades de aprendizagem às comunidades, algumas de carácter regular outras de carácter sazonal. Das diversas instituições contactadas pela missão, nota-se a disponibilidade de colaborar e de assegurar que os centros de recurso sejam aproveitados ao máximo naquilo que possam constituir as suas potencialidades.

Deste modo, as comunidades e os seus membros individuais, teriam ao seu dispor nos centros de recurso todos os meios possíveis para lhes oferecer as oportunidades de aprendizagem por que anseiem e simultaneamente os centros de recurso constituiriam um ponto de referência para qualquer nova iniciativa em preparação.

## **6. UMA INDICAÇÃO DE POSSÍVEIS FONTES DE SERVIÇOS E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.**

Em Nampula ocorre presentemente a expansão tanto geográfica como da variedade de serviços e de provedores de serviços em diversas áreas. O relatório da missão anterior já mencionava a diversidade de serviços e dos diferentes planos de expansão existentes.

A presença de algumas empresas com reputação na praça de Maputo em Nampula, tais como a DATASERV, Lda e a BRITHOL MICHCOMA cria possibilidades de se assegurar tanto o fornecimento de equipamentos como de assistência técnica e de manutenção de equipamentos mais sensíveis.

Outros provedores de serviços tais como a WorldSpace e o projecto de rádios comunitárias poderão constituir tanto fontes de serviços como fornecedores de assistência técnica.

Em termos de financiamentos, estão em curso, hoje em Nampula, uma variedade de interações destinadas a oferecer aos clientes ensinamentos específicos. Conseguindo-se uma colaboração e uma eventual interacção e ou integração com esses programas – financiados também pela Embaixada do Reino dos Países Baixos (por exemplo o UDEBA, que poderá financiar intervenções para a educação básica), pelo Banco Mundial, pelo PNUD e outros doadores ou financiadores – será possível a canalização de recursos por um lado e a mudança de abordagem – de ensinar para promover a aprendizagem – por outro.

## **V CONCLUSÕES**

A conclusão fundamental desta missão é de que uma abordagem de Aprender Sem Fronteiras poderia ser de extrema utilidade para atender às inúmeras e variadas necessidades de aprendizagem das também inúmeras, variadas e dispersas comunidades.

Os processos actuais de globalização económica e tecnológica tornam cada vez mais urgentes a implementação de acções que visem reduzir as barreiras que limitam o acesso das comunidades, neste caso das comunidades de Nampula, a formações e informações que lhes permitam a sua completa integração e participação nesses processos. Um projecto baseado no conceito de Aprender Sem Fronteiras poderia tornar célere a aprendizagem de atitudes, conhecimentos e habilidades que permitam a integração e a participação consciente e activa dos diferentes beneficiários no processo do desenvolvimento económico e social do país bem como nos processos de globalização tecnológica e económica.

## SIGLAS

ADOC – Associação para o Desenvolvimento das Organizações Comunitárias  
ASF – Aprender Sem Fronteira  
CLUSA – Liga de Cooperativas dos Estados Unidos (Cooperative's League of USA)  
CONCERN – ONG Irlandesa  
EP1 – ensino primário do 1<sup>o</sup> Grau (primeira à quinta classe)  
EP2 - ensino primário do 2<sup>o</sup> Grau (sexta e sétima classe)  
GTZ – Cooperação Técnica Alemã  
MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental  
ONG – Organização Não-Governamental  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
SALAMA – ONG moçambicana sediada em Nampula  
UDEBA – Unidade de Desenvolvimento de Educação Básica  
UNCDF – Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Capital  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura